



Correspondência ao Autor

¹ Jórissa Danilla Nascimento Aguiar
 E-mail: jdaniillaaguiar@hotmail.com
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
 CV Lattes
<http://lattes.cnpq.br/9220956362393869>

Submetido: 11 out. 2018
 Aceito: 28 dez. 2018
 Publicado: 31 jan. 2019

[doi> 10.20396/riesup.v5i0.8653663](https://doi.org/10.20396/riesup.v5i0.8653663)
 e-location: e019029
 ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



Reforma Universitária de Córdoba: Impactos na América Latina e Lições para o Tempo Presente

Jórissa Danilla Nascimento Aguiar¹  Gonzalo Ádrian Rojas² 

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO

Ao celebrar o centenário da Reforma Universitária que aconteceu em 1918 em Córdoba, na Argentina, trazemos ao debate a importância de estudar essa experiência de rebelião contra a hierarquia universitária, ao passo que destacamos também sua atualidade, principalmente no que diz respeito à necessidade de democratização da universidade e sua vinculação a classe trabalhadora e setores populares. Objetivamos contribuir para que essa experiência seja conhecida pela ampla maioria dos estudantes no Brasil, indicando também sua relevância para (re)construir um novo movimento estudantil numa perspectiva emancipadora. Para isso, realizamos uma revisão histórico-bibliográfica sobre o que propunha e o que significou a referida reforma em termos de autonomia e democratização, e que assinalou o nascimento de uma nova geração latino-americana, provocando agitações posteriores em outros países do subcontinente. Ressaltamos que essa experiência evidencia o papel ativo do movimento estudantil enquanto ator social na promoção de mudanças sociais pautadas por uma orientação inerente à luta de classes e na concretude da construção de um projeto que vislumbra uma nova hegemonia na sociedade. Como conclusões, destacamos a atualidade da luta pela democratização e o objetivo de vincular a universidade aos problemas da sociedade, terreno fértil para o desenvolvimento de uma educação emancipadora e popular.

PALAVRAS-CHAVE

Educação. Movimento estudantil. Emancipação. Democracia. América Latina.

Reform University of Córdoba: Impacts in Latin America and Lessons for the Present Time

ABSTRACT

Celebrating the centennial of the University Reform that took place in Cordoba, Argentina, in 2018, we bring to the debate the importance of studying this experience of rebellion against the university hierarchy, while also highlighting its relevance, especially with regard to the need for democratization of the university and its connection to the working class and popular sectors. We aim to contribute to this experience being known by the vast majority of students in Brazil, also indicating its relevance to (re) construct a new student movement in an emancipatory perspective. For this, we carried out a historical-bibliographic review of what it proposed and what the reform meant in terms of autonomy and democratization, and which marked the birth of a new Latin American generation, causing subsequent agitation in other countries of the subcontinent. We emphasize that this experience evidences the active role of the student movement as a social actor in promoting social changes guided by an orientation inherent in the class struggle and in the concreteness of constructing a project that envisages a new hegemony in society. As conclusions, we highlight the relevance of the struggle for democratization and the objective of linking the university to the problems of society, fertile ground for the development of an emancipatory and popular education.

KEYWORDS

Education. Student movement. Emancipation. Democracy. Latin America.

Reforma Universitaria de Córdoba: Impactos em América Latina y Lecciones para el Tiempo Presente

RESUMEN

Al celebrar el centenario de la Reforma Universitaria que tuvo lugar en 2018 en Córdoba, Argentina, traemos al debate la importancia de estudiar esa experiencia de rebelión contra la jerarquía universitaria, mientras que destacamos también su actualidad, principalmente en lo que se refiere a la necesidad de democratización de la universidad y su vinculación a la clase obrera y sectores populares. Objetivamos contribuir a que esa experiencia sea conocida por la amplia mayoría de los estudiantes en Brasil, indicando también su relevancia para (re) construir un nuevo movimiento estudiantil en una perspectiva emancipadora. Para ello, realizamos una revisión histórico-bibliográfica sobre lo que proponía y lo que significó dicha reforma en términos de autonomía y democratización, y que señaló el nacimiento de una nueva generación latinoamericana, provocando agitaciones posteriores en otros países del subcontinente. Resaltamos que esta experiencia evidencia el papel activo del movimiento estudiantil como actor social en la promoción de cambios sociales pautados por una orientación inherente a la lucha de clases y en la concreción de la construcción de un proyecto que vislumbra una nueva hegemonía en la sociedad. Como conclusiones, destacamos la actualidad de la lucha por la democratización y el objetivo de vincular a la universidad a los problemas de la sociedad, terreno fértil para el desarrollo de una educación emancipadora y popular.

PALABRAS CLAVE

Educación. Movimiento estudiantil. Emancipación. Democracia. América Latina.

Introdução e Aspectos Histórico-Methodológicos

Em 2018 celebra-se a efeméride de centenário da Reforma Universitária acontecida em Córdoba, na Argentina, importante fato político protagonizado pela juventude universitária, um movimento profundamente subversivo que era expressão de um conjunto de contradições econômicas e sociais que se vivenciava na América Latina como um todo e que na Argentina em particular, junto aos estudantes, logrou uma diferente resposta. Foi um momento onde avançou-se politicamente em debates e atuação sobre autonomia, co-governo e democratização das universidades, quando a juventude se rebelou contra a hierarquia universitária, assinalando o nascimento da nova geração latino-americana, provocando agitações posteriores em outros países do subcontinente em suas respectivas universidades de maneira crescente.

Partindo de um ponto de vista marxista, realizamos uma análise classista do conteúdo desse movimento no marco da formação econômico-social argentina do período, num contexto marcado por guerras e revoluções no plano mundial. Para traçar esse plano de fundo, destacamos três fatos políticos relevantes, com impacto internacional, que nos permitem problematizar sobre a possibilidade de concretização da rebelião protagonizada pela juventude e classe trabalhadora, são eles: a Revolução Mexicana de 1910, a Primeira Guerra Mundial iniciada em 1914 e a Revolução Russa de 1917.

Não se tratando de um movimento restrito à universidade, por partir da ideologia e inspiração revolucionária da Revolução Russa – que experimenta seu estopim no ano anterior, em 1917 – a greve geral iniciada pelos estudantes da cidade argentina de Córdoba contra a aristocracia universitária continha fundamentalmente algumas reivindicações que serão enfatizadas no presente trabalho, a exemplo da participação dos estudantes no governo das universidades, a inserção dos povos latino-americanos e sua história na mesma, e a modernização do sistema universitário, onde o corpo docente ou discente não tinha representação, não se renovava e carecia de liberdade de cátedra. São lutas que, como se percebe, todavia, permanecem atuais.

Partia-se do pleno conhecimento da realidade local e regional para se construir a partir de um vínculo dialético uma filosofia capaz de oferecer-se como arma intelectual ao proletariado. Falamos em uma reforma que perpassa pelo âmbito da filosofia porque, é precisamente nessas classes médias que se encontra a conexão com seu papel na história. Conforme afirmava Marx na “Crítica à filosofia do direito de Hegel”, a filosofia encontraria no proletariado suas armas materiais, enquanto o proletariado encontraria na filosofia suas armas intelectuais (MARX, 2005, p. 156).

Mesmo tendo um forte impacto latino-americano, no Brasil é um fenômeno político pouco conhecido, possivelmente pelo fato de que possuímos uma dívida histórica com a educação pública e gratuita como um direito. Objetivamos, com esse trabalho, contribuir para sua propagação necessária, como uma escola política relevante para (re)construir um novo

movimento estudantil numa perspectiva emancipadora. Ressaltamos que essa experiência evidencia o papel ativo do movimento estudantil enquanto ator social na promoção de mudanças sociais pautadas por uma orientação inerente à luta de classes e na concretude de um projeto de uma nova hegemonia na sociedade.

Enfatizaremos algumas importantes repercussões que essa reforma obteve na América Latina, fundamentalmente nos países de Chile, México, Peru e Cuba, enfatizando a análise nos projetos de universidades populares encabeçados por importantes intelectuais e militantes, que foram os peruanos José Carlos Mariátegui e Haya de la Torre e o cubano Julio Antonio Mella, jovens intelectuais e militantes que participavam do movimento estudantil de seus países à época e que são nomes marcantes na história política marxista do subcontinente. Como casos inferenciais, abordaremos também a influência da Reforma Universitária de Córdoba quanto às concepções pedagógicas e humanizadoras como a do educador brasileiro Paulo Freire e do sociólogo colombiano Orlando Fals Borda.

Essas experiências concretas de auto-organização com protagonismo de movimentos sociais estudantis reascendem a importância de cem anos depois, reafirmarmos o compromisso com a construção de uma universidade pública gratuita democrática e a serviço da classe trabalhadora e dos setores populares.

O Anti-Imperialismo Latino-Americano e a Reforma Universitária de Córdoba

Antes de adentrar no tema da Reforma Universitária, se faz necessário ressaltar alguns acontecimentos históricos cruciais, tanto internos como externos à América Latina, os quais, mesmo que não estabeleçam relações diretas entre si, contribuíram para promover ainda que de forma distinta algumas fissuras na “hegemonia liberal-oligárquica que caracterizava as sociedades do subcontinente desde o fim do século anterior” (KAYSEL, 2014, p. 4). Primeiro, a Revolução Mexicana, que se estende de 1910 até 1920, primeira rebelião camponesa da região; a 1ª. Guerra Mundial, de 1914 a 1918, cujo acontecimento influencia decisivamente a política e economia mundial e, por fim, a Revolução Russa de 1917, onde pela primeira vez o proletariado tomou o poder.

Ainda de acordo com André Kaysel, esses acontecimentos teriam uma influência decisiva na “ruptura dos intelectuais de classe média com o establishment ideológico das oligarquias Reforma Universitária”, seja porque rompe com a ideia de uma Europa sem a barbárie que significa uma guerra, seja porque demonstra as possibilidades de tomada de poder pela classe operária, ou demonstre que a América Latina poderia ser também palco de revoluções e de luta pela terra (KAYSEL, 2014, p. 5).

Na Argentina, do ponto de vista estrutural, os grandes fazendeiros, como uma classe social moderna que se beneficia com a renda diferencial da terra no mercado mundial

capitalista¹ vai perdendo espaço político com a reforma política que significou no país a Lei Saenz Peña de 1912. Esta mudança na lei eleitoral permitiu a chegada ao governo, em 1916, do presidente Hipólito Yrigoyen, integrante da União Cívica Radical (UCR).

Faz-se necessário lembrar que independentemente desta mudança política no plano educativo, a Igreja continua tendo peso político muito forte, fundamentalmente nas universidades. No ano em que acontece a reforma, em 1918, na Argentina existiam cinco universidades, a de Buenos Aires, La Plata, Santa Fé, Tucumán e Córdoba, e, justamente nesta última, fundada em 1613, se apresentava como fortemente clerical, expressando em Córdoba um conjunto de tensões da situação política mundial. Por exemplo, rejeitava-se a subordinação às grandes potências, tanto pelas classes médias, como por um conjunto de intelectuais que tinham peso e influência no movimento estudantil, tanto na própria Argentina como em outros países da América. José Ingenieros, também na Argentina, Raúl Haya de la Torre e José Carlos Mariátegui no Perú, Juan Antonio Mella em Cuba e José Vasconcelos no México são importantes expoentes deste tipo de intelectual.

Existia um sentimento anti-imperialista forte nas classes médias e na juventude que expressavam alguns destes intelectuais. Haya de la Torre e Mariátegui, especificamente, pautam o debate sobre anti-imperialismo e socialismo na primeira fase de recepção do marxismo na América Latina, nas primeiras décadas do século XIX (LÖWY, 2006).

Haya de la Torre está preocupado em combater o imperialismo independentemente do marxismo e tentar superá-lo, a partir de uma visão bastante estreita do marxismo que conclui que o mesmo seria uma ideologia europeizada segundo a qual todos os povos têm que passar pelos mesmos estágios de desenvolvimento para poder concluir a ditadura do proletariado, assim como entendia também que o fenômeno do imperialismo seria uma opção de governo e não uma etapa superior do capitalismo, em um sentido leninista do termo. Mariátegui, por sua vez, entende que quando as lutas antiimperialistas ou anticolonialistas não avançam rumo ao socialismo acabam se aliando ao imperialismo, justamente por buscar aliar os setores subordinados com alguma fração burguesa, não atribuiu a alguma burguesia nacional latino-americana a tarefa de uma revolução de qualquer tipo, burguesa ou nacionalista (MARIÁTEGUI, 2011). Os dois intelectuais peruanos foram forjados nas lutas do movimento estudantil.

A Argentina, um país semicolonial assim como no resto da América Latina, não existia uma burguesia que realize as tarefas históricas da burguesia, e o movimento operário, mesmo com certa força, ainda não era um ator político estabelecido, por duas razões. A primeira, porque estava composto de uma grande massa de imigrantes que não tinham direitos políticos, e a segunda, porque por sua ideologia ainda se dividia num Partido

¹ Esse benefício se dá seja pela fertilidade própria da planície dos pampas e os meios de comunicação que propiciavam rapidamente uma troca com o porto de Buenos Aires, fortemente vinculada primeiro à Inglaterra e depois aos Estados Unidos.

Socialista (PS) reformista, nas trilhas do socialista francês Jean Jaurés e ideologias antipolítica, como o anarquismo ou o sindicalismo revolucionário de soreleano².

León Trotsky afirma que quando a burguesia não resolve os problemas da sociedade burguesa e o proletariado ainda não consegue assumir essa tarefa, são os estudantes que ocupam a cena política. Justamente a Reforma Universitária expressa a contradição entre o avanço da ciência, regimes políticos mais flexíveis e certos avanços sociais, com a decadência das “casas de altos estudos”. Existia uma contradição entre ciência e religião, sendo que nas universidades não era aceito Charles Darwin e se mantinham disciplinas de caráter medieval como “Direito para com os servos”. Estas contradições, não são só locais, se apresentam também de forma desigual e combinada em cada país.

Sobre o tema, o Manifesto Liminar é claro:

As universidades tornaram-se assim o verdadeiro reflexo dessas sociedades decadentes que se esforçam para oferecer o triste espetáculo da imobilidade senil. É por isso que a Ciência, em frente a estas casas silenciosas e fechadas, passa silenciosamente ou vai mutilada e grotesca ao serviço burocrático (MANIFESTO LIMINAR, 2018, s/n).

Na esteira dessa reflexão, diferenciamos três etapas no movimento da Reforma Universitária, os quais expressam diferentes avanços na consciência do movimento estudantil. A primeira etapa se inicia no final de 1917, onde os estudantes realizam um abaixo assinado dirigido ao Ministério de Instrução Pública reclamando uma democratização do sistema de cátedras, a liberdade de cátedra. As demandas não são satisfeitas e em 1918 o movimento surge com mais força, se realizam assembleias de base, mobilizações de rua e surge uma forma organizativa muito relevante que será a criação do Comitê Pró-reforma no dia 10 de março de 1918, a partir de onde posteriormente se criará a Federação Universitária de Córdoba (FUC). Este comitê declara a greve geral até que sejam atendidas as demandas pelas autoridades correspondentes e tem um acatamento massivo por parte dos estudantes que não iniciam as aulas no dia primeiro de abril de 1918.

A greve tem como objetivo a intervenção do governo, algo que o Presidente Hipólito Yrigoyen realiza, visto que os estudantes fazem parte de sua base social, sendo nomeado José Matienzo como interventor. Com a intervenção, a primeira etapa do movimento se fecha, se realiza uma primeira reforma do estatuto que permitiu ampliar a base docente que intervinha nas eleições das autoridades universitárias. Os estudantes entendem que se ingressavam professores mais jovens, de ideologia liberal, existia a possibilidade de escolher autoridades universitárias não católicas nos diferentes níveis, na perspectiva que professores sem privilégios seriam aliados. Confiavam na institucionalidade surgida dessa reforma do estatuto, contudo se decepcionariam com pouco tempo.

Justamente a segunda parte do processo de luta se realiza no dia 15 de junho de 1918, quando se reúne a Assembleia Universitária para escolher o novo reitor. Enquanto os

² Em referência a Georges Sorel, sindicalista francês que muito influenciou as correntes sindicalistas revolucionárias, as quais se incorporaram em parte aos populismos latino-americanos.

estudantes defendiam um liberal, Enrique Martínez Paz, é eleito Antonio Nores, candidato das oligarquias docentes, existindo até docentes liberais que votaram pelo candidato conservador e clerical, o que gerou uma ruptura dos estudantes com uma fração dos docentes.

Como característica desta etapa, observa-se a ação direta, a violência estudantil, quebra de janelas e móveis para impedir o funcionamento da assembleia universitária, enfrentamentos com a polícia e a elevação das reivindicações por parte dos estudantes, elaboração de projeto de lei por parte do Congresso dos estudantes, que incluía o governo tripartite e paritário e a docência livre, a liberdade de cátedra.

A greve se inicia em Córdoba, mas logo se nacionaliza, e o ponto mais alto deste período é a publicação do Manifesto Liminar da Reforma Universitária de Córdoba, escrito por Deodoro Roca e publicado no dia 21 de junho de 1918, que mencionamos em outras partes do artigo, que é onde aparecem os elementos ideológicos da Reforma Universitária. Temos como características o americanismo, internacionalismo, sendo fundamental destacar que a juventude de Córdoba se dirige aos homens livres de América do Sul, aparecendo como uma declaração romântica pela independência dos Estados latino-americanos. Isto se expressa desde o título: “Manifesto liminar da Reforma Universitária. A juventude argentina de Córdoba aos homens livres da América do Sul” (MANIFESTO LIMINAR, 1918).

Outra característica relevante desta etapa é a adesão à luta da Federação Operária de Córdoba (FOC), máximo organismo sindical local, fato central. Um dos limites do movimento é que acreditavam na independência como uma questão nacional, sem levar em consideração o caráter das burguesias latino-americanas, desconsideram que as próprias burguesias são um empecilho a essa independência e que esta tarefa fica nas mãos da classe trabalhadora.

A terceira etapa é a tentativa dos estudantes de virar o jogo em favor dos estudantes, mudando a metodologia de ação. Os estudantes tomam a universidade e a colocam sob seu controle, nomeiam professores, representantes, empregados, organizam as atividades curriculares e bancas de exames. Fecha-se o período com a vitória dos reformistas intervindo mais uma vez o Ministério de Instrução, o qual muda os estatutos da universidade e até 1921 foram mudados de todas as universidades.

O Manifesto Liminar possui um caráter internacionalista, que se expressa na afirmação que se vivencia uma **hora americana** e no posterior impacto na América Latina.

A Reforma Universitária de Córdoba e as Universidades Populares: impactos na América Latina

No plano regional, a reforma expressa a luta da juventude contra a velha ordem. A Reforma Universitária, uma verdadeira rebelião estudantil, teve um forte impacto na América

Latina, centralmente no Peru e Cuba, países que ecoaram mais fortemente as lições de Córdoba, logrando estabelecer projetos de universidades populares.

O papel desempenhado por jovens intelectuais e militantes, a exemplo de Haya de La Torre e José Carlos Mariátegui, no Peru, e Júlio Antonio Mella, em Cuba, através das federações estudantis em que estavam engajados se faz fundamental para compreender como a aproximação destes com a sociedade e estudantes em geral. É preciso lembrar que esses acontecimentos que fazem parte de um momento político no subcontinente onde se vivenciava violentas ditaduras como a de Augusto Leguía, no Peru, que perdura entre os anos de 1919 a 1923, e de Gerardo Machado, em Cuba, que vai de 1923 a 1933. Haya de la Torre e Júlio Mella encabeçam a criação das universidades populares, num contexto de resistência a esses governos, com a juventude organizada e iniciam suas carreiras políticas como dirigentes estudantis onde, a partir dessa posição, projetaram-se no cenário político nacional.

Haya de la Torre, então presidente da Federação Estudantil Peruana – FEP, cria, no Peru, as Universidades Populares Gonzalez Prada (doravante UPGP), que levam este nome como reconhecimento a este escritor peruano falecido em 1918, que, emancipado de todo academicismo, criou novas formas literárias e modernas correntes ideológicas. De acordo com o historiador peruano Alberto Flores Galindo, esse projeto busca confluências entre intelectuais e operários, livre de qualquer tentação academicista (FLORES GALINDO, 1991). Criam-se quatro universidades populares do país, são estas a *Universidad San Marcos*, em Lima, *Universidad San Augustin*, em Arequipa, *Universidad La Libertad*, em Trujillo e *Universidad San Antonio Abad*, em Cusco.

Nos anos de 1920 há o primeiro congresso de estudantes do Peru, onde se cria efetiva e formalmente a FEP, em Lima, aliada com as outras universidades. O que o projeto das universidades populares Gonzalez Prada apresenta como novidade é a forma de articular uma relação estrutural entre o movimento universitário e o movimento operário, funcionando como um instrumento auto-financiado de extensão universitária que devia dirigir-se ao povo para levar-lhes acesso à ciência e ajuda-los a formar uma consciência própria de sua situação social e da problemática nacional, conhecendo também o que se passa no mundo. Dessa primeira época onde desenvolve-se uma ligação de frentes de luta (até então operária e estudantil) surge uma espécie de frente única de trabalhadores manuais e intelectuais (HAYA DE LA TORRE, 1985). A UPGP busca a renovação das estruturas acadêmicas até então arcaicas, hegemônicas desde sempre por uma aristocracia que se auto-indicava, e que eram donos de cátedras. O movimento universitário estava efetivamente ligado aos trabalhadores principalmente ao movimento operário urbano.

Ao voltar de um exílio político na Europa³, José Carlos Mariátegui prontamente aceita o convite de Haya de la Torre para lecionar na UPGP em Lima, como forma de compartilhar

³ Seu envolvimento com o movimento estudantil peruano, sua militância –mesmo que ainda incipiente – e a consequente oposição ao presidente Leguía lhe rendeu o fechamento do jornal onde trabalhava à época, o *La Razón*, e um “exílio” na Europa, onde viveu durante os anos de 1919 a 1923, tendo passado maior parte do tempo na Itália, onde casou e teve dois filhos. Vivia como uma espécie de “agente de propaganda do governo no

sua experiência europeia, principalmente em relação à situação mundial que ele vinha acompanhando em sua estada na Europa, fundamentalmente na Itália, durante um período importante para a luta revolucionária mundial. Pôde presenciar o legado dos conselhos e das ocupações de fábricas em Turim, do *Biennio Rosso* (entre os anos 1919 e 1920), da fundação do Partido Comunista da Itália em 1921, da ascensão do fascismo, assim como dos debates no interior da III Internacional. Se torna leitor do jovem Gramsci, que estava organizando a imprensa do partido comunista da Itália (AGUIAR, 2017).

Mariátegui participa do projeto da UPGP principalmente nos anos 1923 e 1924, que consistia em uma espécie de estudos nas comunidades organizados coletivamente para realizar cursos de formação política, de análise de conjuntura, visto que os espaços críticos são tolhidos nos espaços de acesso à instrução formal. Havia uma luta pela renovação das estruturas acadêmicas até então arcaicas, hegemônicas desde sempre por uma aristocracia que se auto-indicava, e que eram donos de cátedras. Conhecedor das lutas e do movimento estudantil latino-americano, indicou em várias de suas obras a necessidade de ataque à “docência oligárquica” e ao “preenchimento arbitrário das cátedras”, assim como a importância da intervenção dos estudantes na direção das universidades, em favor do estabelecimento de cátedras e de assistência livres. Destaca, por conseguinte, a importância dessas “reivindicações dialéticas”, por partirem das lições reais e concretas da ação estudantil alinhadas a um movimento de vanguarda e de formação de vanguarda operária (MARIÁTEGUI, 2008, p. 137-138).

Enquanto intelectual e militante, Mariátegui assinala que uma grande iniciativa histórica, como uma missão do proletariado, só é possível se, mediante um “largo e árduo trabalho educativo de suas vanguardas”, forem superados os elementos dissolventes e ultrapassadas as reivindicações imediatas, tais como se deram alguns embargos da revolução estudantil de Córdoba, a exemplo da falta de direção e autonomia.

Outro projeto de Universidades Populares voltadas para a classe trabalhadora se desenvolve em Cuba sob o nome de Universidades Populares “José Martí”, grande líder anti-imperialista latino-americano, dirigida por Júlio Mella. A particularidade de Mella, fundador do Partido Comunista Cubano, membro de um partido ainda não estalinizado, foi tirar uma conclusão socialista da Reforma Universitária. Se para todos os reformistas está presente a questão social, no que depois ficaram conhecidas como o que são hoje as políticas de extensão universitária, para Mella, e era preciso ir além do questionamento da institucionalidade universitária e vincular a universidade a classe trabalhadora no marco de uma estratégia revolucionária. O objetivo da Universidade Popular José Martí é formar uma classe operária com uma mentalidade nova, culta e revolucionária.

exterior”, alternativa que lhe foi dada para não ser preso em solo peruano. Posteriormente, afirmava que somente durante sua estadia na Europa, mais precisamente através da sua experiência de viver por vários anos na Itália e através da passagem por outros países onde vivenciou as experiências do movimento operário nas organizações sindicais e partidárias e os impactos da Revolução Russa, foi capaz de compreender as relações capitalistas em países semicoloniais como no Peru.

Como expõe Nestor Kohan (2000, p. 81) os Estatutos da Universidade José Martí apresentam o “espírito” de Julio Mella, no seu artigo primeiro:

A classe proletária cubana, funda, professa e dirige a Universidade Popular José Martí, reconhecendo ao operário os direitos que o Professorado da Universidade de La Habana nega ou discute aos estudantes.

A crítica à universidade hierarquizada e antidemocrática tem como objetivo conectar a universidade às problemáticas sociais da classe trabalhadora. Por conta das conquistas advindas da Reforma de Córdoba existem até hoje as políticas de extensão universitária. Essa demanda se expressou no apoio dos estudantes à relevante greve geral de 1919, conhecida como “A semana trágica” através da Federação de Santa Fé e a de Córdoba. Mesmo sendo uma minoria do movimento estudantil que participa ativamente deste apoio, trata-se de um apoio qualitativamente importante. Tanto no Peru como em Cuba se propõem produzir conhecimento a serviço da classe trabalhadora. A Universidade Popular González Prada no Peru tem como objetivo intervir nos conflitos operários sob a base da “justiça social” e a José Martí em Cuba procura formar uma classe operária com uma mentalidade culta nova e revolucionária.

Em momentos em que a esquerda política em geral entende que deve se negar a elevação da consciência da classe trabalhadora se adaptando a ideologia dominante, o objetivo de Mariátegui e Mella era também o do comunista italiano Antonio Gramsci: elevar a consciência da classe trabalhadora sem rebaixar o programa ao nível do senso comum. Sobre o tema, o Manifesto liminar (1918, s/n) conclui:

A juventude não pede mais. Exige ser reconhecido o direito de exteriorizar esse pensamento próprio nos corpos universitários através de seus representantes. Está cansada de suportar tiranos. Se foi capaz de fazer uma revolução nas consciências, não pode se ignorar a capacidade de intervir no governo da sua própria universidade. A Universidade de Córdoba, através de sua Federação, cumprimenta os companheiros de toda a América e incentiva a colaboração no trabalho de liberdade que começa.

É preciso indicar ainda que a Reforma de Córdoba inaugura uma nova forma de pensar a educação e sociedade, no horizonte de uma transformação social. Inaugura a possibilidade que a universidade pública passe a desempenhar efetivamente uma missão social. Com a criação das Universidades Populares inaugura-se uma nova forma de troca de saberes, onde as paredes das universidades não determinavam mais onde deveriam acontecer as aulas, seminários, debates públicos sobre a situação local e mundial. Tais preceitos são vislumbrados por décadas depois até os dias de hoje, foram repassados pelos movimentos sociais estudantis, que sempre desempenharam um importante papel de resistência em períodos em que se vivenciavam regimes de exceção e de cerceamento das liberdades democráticas, como nas ditaduras. Práticas herdadas ainda no saber dialógico impulsionado por Paulo Freire, na investigação ação participação inaugurada por Orlando Fals Borda, autores que apontam que não pode ser possível separar “subjetividade da objetividade; o criador, da criatura; o educador, da educação; o individuo, da sociedade” e que partem de uma pedagogia crítica pensada para as periferias e o sul global (MOTA NETO, 2018, p. 47).

Conclusões: Atualidade das Lições de Córdoba para a Educação Pública e o Movimento Estudantil Contemporâneo

As universidades, como tantas instituições do atual regime, são feitas para sustentar e ajudar o domínio da classe que está no poder. Acreditar que intelectuais, ou instituições educacionais, não têm conexão com a divisão sociológica em classes de toda sociedade é um erro tático. Nunca uma classe apoiou uma instituição, muito menos instituições educacionais, se não for para seu benefício. É nas universidades, em todas as instituições educacionais, onde a cultura da classe dominante é forjada, onde seus servidores deixam o vasto campo da ciência que monopoliza.

Em relação à vigência e atualidade da Reforma Universitária, é central debater a necessidade de mudar a estrutura universitária. Um grupo de professores ainda tem privilégios, por isso é preciso democratizar a universidade, a qual não funciona em termos sequer de Revolução Francesa, com paridade de votos, se assemelhando muito mais com um *Ancien Regime*, de forma aristocrática. O objetivo de vincular a universidade aos problemas da sociedade também é relevante e atual, abrir as portas da universidade ao povo e a classe trabalhadora. A crítica ao conhecimento fragmentado da realidade frente ao pós-modernismo ambiente das universidades também é atual, ao qual devemos opor uma visão científica e de totalidade.

Em síntese, é preciso construir um novo movimento estudantil que tome como experiência a Reforma Universitária de 1918, mas que como o Maio Francês de 1968 ou no Cordobazo de 1969 na Argentina, se vincule à classe trabalhadora, e além de criticar a estrutura universitária, critique a sociedade de classes desde uma perspectiva autônoma dos padrões, dos governos, do Estado e das reitorias, para assim pensar uma universidade pública gratuita e a serviço da classe trabalhadora e dos setores populares.

Referências

AGUIAR, Jórissa. Danilla. Os impactos da Revolução Russa no marxismo de J. C. Mariátegui. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v. 13, n. 24, p. 169-196, 2017.

FLORES GALINDO, Alberto. **La agonía de Mariátegui**. Lima: DESCO - Centro de Estudios y Promoción del Desarrollo, 1980.

HAYA DE LA TORRE, Victor. Raúl. **El Antimperialismo y el APRA**. Lima: Publicação Oficial do APRA, 1985.

KAYSEL, André. Três vozes, duas polêmicas e um problema: Mariátegui, Haya de La Torre, Julio Antonio Mella e as fundações do marxismo latino-americano. *In*: SEMINÁRIO DISCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA DA USP, 4., 2014. **Anais...** São Paulo: USP, 2014. Disponível em: <http://conferencias.fflch.usp.br/sdpscp/IVsem/paper/download/135/90>. Acesso em: 12 jun. 2017.

KOHAN, Nestor. **De Ingenieros al Che**. Ensayos sobre el marxismo argentino y latinoamericano. Buenos Aires: Biblos; 2000.

LÖWY, Michael. **O Marxismo na América Latina**: uma antologia de 1909 aos dias atuais. 2ª. Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Por um socialismo indo-americano**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Crítica à filosofia do direito de Hegel**. Boitempo, São Paulo, 2005.

MANIFIESTO de la Federación Universitaria de Córdoba. [S.l.: s.n.], 1918. Disponível em: <http://www.reformadel18.unc.edu.ar/manifiesto.htm>. Acesso em: 12 jun. 2017.

MOTA NETO, João. Paulo Freire e Orlando Fals Borda na genealogia da pedagogia decolonial latino-americana. **Folios**, n.48 seg. sem., p.3-13, 2018. Disponível em: <http://revistas.pedagogica.edu.co/index.php/RF/article/view/8131/6338>. Acesso em: 12 ago. 2018.

PORTANTIERO, Juan. Carlos., **Estudiantes y política en América Latina**: el proceso de la reforma universitaria (1918-1938). México: Siglo XXI; 1978.

REPÚBLICA ARGENTINA; **Lei nº 8871** Eleitoral (Saenz Peña); Promulgada 26 de março de 1912.

ROMERO, Ricardo.; **La lucha continua**: el movimiento estudiantil argentino en el siglo XX. Buenos Aires: EUDEBA-FUBA; 1998.

UNIVERSIDADE NACIONAL DE CORDOBA. **Manifiesto Liminar**. 1918. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em: 12 ago. 2018.